

A vinculação de verbas para as áreas sociais

UBIRATAN AGUIAR
Deputado federal (PSDB-CE) e
primeiro-secretário da Câmara

Muitas são as autoridades públicas deste País, sobretudo as do Poder Executivo a níveis federal, estadual e municipal, com discursos veementes contra o que chamam de "engessamento" de recursos dos seus respectivos orçamentos, para que estes sejam direcionados às áreas sociais, como Educação e Saúde. O assunto volta à tona agora por estar sendo apreciada, pelo Senado, matéria que trata da vinculação de receitas do orçamento para a Saúde.

Esta proposta de Emenda Constitucional (PEC), apelidada de "Emenda Serra", por haver sido elaborada e enviada ao Congresso pela equipe do ministro José Serra, destina de 12 a 15% da receita dos estados e municípios, respectivamente, para a criação de um fundo da Saúde.

Aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça e encaminhada para o primeiro turno de discussões no plenário do Senado, a PEC já gerou

protestos e um complicador político para o Governo em sua base. Alegam alguns prefeitos que a emenda levará à falência muitos municípios.

Entre os motivos para a "quebradeira", citam suas despesas com pessoal, que chegam a 60% de seus orçamentos, além do que são obrigados a repassar ao fundo da Educação que, pela lei, são outros 25%. De fato, muitos políticos concordam que não é bom fixar alíquotas para este ou aquele fim. Mas, a história tem nos mostrado que, caso não façamos isso, no Brasil, os recursos não vão para as áreas sociais. Temos aqui o culto às obras físicas - praças e viadutos, em contraponto às ações voltadas ao ser humano. Por que os prefeitos não reorientam seus investimentos?

Sob a ótica dos que atuam na área econômica do Governo, o Orçamento é uma peça em que receita e despesa têm que fechar com os olhos postos nos algarismos e não na sociedade. O ministro José Serra, um economista festejado e ex-ministro do Planejamento, agora está à frente desta difícil missão que

é conduzir a pasta da Saúde. Hoje, o ministro sente quão árdua é a luta para se conseguir os recursos necessários às ações sociais. Em nossos hospitais públicos faltam equipamentos, médicos e até o mais simples medicamentos. O Sistema Único de Saúde (SUS) não consegue suprir à demanda da população.

Claro está que as verbas atuais não bastam e o ministro José Serra nada mais faz que buscar o necessário para que as camadas menos favorecidas consigam um atendimento digno no sistema de saúde

público. Esta PEC reafirma o que já está estipulado em nossa Constituição, que são os direitos sociais dos cidadãos à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho, à segurança, à previdência social, enfim, às condições mínimas de vida.

Remonto há anos, quando passamos pelos mesmos problemas para conseguir aprovar a vincula-

ção de receitas para a Educação. Num primeiro instante, o saudoso senador João Calmon, com sua emenda, conseguiu que fossem destinados 13% para este fim, o que já foi muito significativo. Nossa Educação passava por problemas gravíssimos, mas os administradores públicos não tinham aquele imperativo ditado pela consciência, então, tiveram que se curvar ao imperativo constitucional.

Os 13% de Calmon foram o início de uma caminhada para que, em 1988, ao promulgarmos a nova Constituição,

víssemos coroada de êxito a continuação daquele trabalho. A União passaria a vincular 18% e os estados e municípios teriam que destinar 25% de suas receitas ao fundo da Educação. Nós todos, parlamentares constituintes à época, principalmente os dedicados à melhoria do sistema educacional brasileiro, inserimos, propositadamente, na

A vinculação de verbas orçamentárias à saúde reafirma um direito do cidadão previsto na Constituição federal

Carta Magna, a expressão "no mínimo". Está lá, entre vírgulas: 18 ou 25%, no mínimo.

E os administradores de municípios, estados e União agem como se estivesse escrito "no máximo". Tudo se faz para que não se ultrapasse o percentual constitucional. Imaginemos o caos em que nossa Educação estaria mergulhada hoje, caso não houvesse essa exigência. Se não é saudável "engessarmos" o Orçamento, será que é saudável termos escolas sem professores, carteiras e giz ou irmos a hospitais que não dispõem de médicos e medicamentos para atender à população carente, que não pode pagar os planos de saúde privados?

Vejo na emenda proposta pelo ministro José Serra a necessidade de que a sensibilidade social chegue a todos os recantos, a todas as áreas e a todos o que participam do Governo. Nossos cidadãos certamente exigem que sejam cumpridos os princípios constitucionais de garantia de acesso à escola e à saúde. Isso é o mínimo que o ser humano pode querer para ter preservada a dignidade de sua existência.